

LEI Nº 2.712, DE 30 DE MARÇO DE 2006

Revogada pela Lei nº. 3.793/2023

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A REALIZAR CO-
PATROCÍNIO COM ENTIDADE
RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Instrumento de co-patrocínio com entidade reconhecida e considerada como de "UTILIDADE PÚBLICA", devendo ser regido pela Lei 8666/93 e suas alterações.~~

~~**§1º.** Se obriga a entidade à prestação de contas, no prazo de 03 (três) dias a contar do término do evento.~~

~~**§2º.** O Município poderá realizar co-patrocínio, em festividades constantes do Calendário Oficial do Município e, nas Festas Comunitárias que se realizarem no âmbito do território municipal. (Redação dada pela Lei nº 2.734/06)~~

~~**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 30 de março de 2006.

DJALMA DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal